

O que restou do Procon

Jorge Abreu

Passada a euforia do Cruzado, quando se tornou um dos órgãos mais solicitados na fiscalização dos preços, o Procon-DF atua agora basicamente na Constituinte, com um lobby montado que visa garantir e assegurar os direitos dos consumidores em pelo menos um artigo da Constituição.

Inúmeras reclamações continuam a ser recebidas diariamente, algumas relativas ainda a preços, só que das mensalidades das escolas particulares e dos alugueis. Porém, as que mais parecem empolgar a diretora do órgão, Elisa Martins, são as denúncias da falta de higiene em padarias e qualidade do leite ensacado, entre outras.

"Defesa do consumidor não é só preço", ressalva a diretora, que apresentou quinta-feira na Subcomissão de Garantias e Direitos Coletivos da Constituinte o documento "Carta de Brasília sobre os Direitos do Consumidor", redigido após o 8º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor com a participação da América Latina e Caribe.

Do encontro, resultou também a entrega ao deputado Ulysses Guimarães de uma sugestão de dispositivo constitucional referendado por 45 mil assinaturas colhidas em todo o país.

Direito ao consumo, à segurança, à escolha, à informação e a ser ouvido são reivindicações dos consumidores feitas por meio do Procon, que no dia 12 completará um ano de atividades. O órgão, no entanto, não deixa de se defrontar com obstáculos, e o principal deles, segundo Elisa Martins, é "a falta de uma fiscalização eficaz dos instrumentos de fiscalização" — no caso, Sunab, Fiscalização Sanitária,

das Finanças, da Saúde e outros.

A diretoria tem também suas reclamações e uma delas é a inexistência, em Brasília, de um órgão de análise de alimentos, que tem que ser feita em São Paulo, o que atrasa os trabalhos, porque demanda mais tempo. Além disso, acrescenta, falta complementar o sistema de defesa do consumidor, com a instalação de um Juizado de Pequenas Causas e a concretização definitiva da Delegacia de Defesa do Consumidor.

A falta de recursos para o desenvolvimento de um programa de educação do consumidor é, da mesma forma, outra dificuldade enfrentada. E, enquanto elas não são resolvidas, Elisa Martins opina sobre a crise econômica atual, afirmando que ela decorre, sobretudo, da falta de uma definição clara e de uma política que resolvam os problemas de abastecimento, educação e salários. "Ao menos a cesta básica de alimentos devia ser congelada, como ocorre em Cuba há 22 anos", destaca, lembrando que assim se garantia, no mínimo, a qualidade de vida da população.

Mães

Paralelamente à Constituinte, o Procon está agindo com uma campanha que tem como objetivo fazer com que os consumidores não se deixem levar pelo mercantilismo que marcam certas datas de caráter emocional, como o Dia das mães. A diretoria crítica as propagandas que anunciam descontos de 20%, 25% "porque os preços todos já foram remarcados antes, em índices mais altos".

Por esses e por outras, é que o órgão orienta sempre no combate à especulação dos preços, no sentido de que os consumidores deixem de adquirir os produtos mais caros, realizando sempre uma pesquisa de mercado antes de efetuar qualquer compra.



Procon agora reforça lobby do consumidor na Constituinte

Jornal de Brasília 29-05-87